

CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ARTICULAÇÕES COM A TEORIA DO DISCURSO EM PESQUISAS ACADÊMICAS

ALERY FELINTO SANTANA

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação – UFPE, alery.santana@ufpe.br

RESUMO

O presente artigo faz parte de uma pesquisa em andamento, que busca em sua temática articular a Teoria do Discurso (TD), na perspectiva de Laclau; Mouffe (2015) com publicações presentes em periódicos de grande circulação relacionados aos eixos do currículo, da formação docente e da Educação em Direitos Humanos (EDH), a partir de um olhar relacionado à lógica das diferenças e da valorização das subjetividades. Ao considerar a análise dos dados pesquisados, podemos observar, que há uma pluralidade de articulações que permeiam os movimentos curriculares presentes na formação de professores e os sentidos atribuídos e vivenciados no que tange a EDH nos currículos, visto que os mesmos não são fixos ou lineares, mas sim multidimensionais, contingenciais e historicamente contextualizados. Assim, a TD assume, na pesquisa, uma dupla funcionalidade, pois permeia tanto a lente teórica quanto a proposta metodológica. Frente aos sentidos do campo curricular imbricados com a formação docente, dialogamos com Santiago (1998); Lopes e Macêdo (2011); Almeida, Gonçalves, Magalhães (2019).

Palavras-chave: Currículo; Formação Docente; Educação em Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar um diálogo com vinte publicações situando os eixos do currículo, da formação docente e da EDH em relação com a TD de Laclau; Mouffe (2015). Neste sentido, buscamos relacionar os caminhos desta pesquisa ao arcabouço teórico pós-estruturalista. Este, referem-se à impossibilidade de se conceber a ideia de um fundamento último, mas com possibilidades de ordens parciais marcadas pela precariedade e contingência, como principal fonte teórico reflexiva. Assim:

Nossa abordagem está fundada no privilégio do momento da articulação política, e a categoria central de análise política é, a nosso ver hegemonia. Neste caso, como – para repetir nossa questão transcendental – tem que ser uma relação entre os entes para que seja possível uma relação hegemônica? Sua condição é que uma força social particular assuma a representação de uma totalidade que lhe é radicalmente incomensurável. (Ibidem, p. 37)

Para o desenvolvimento da pesquisa buscamos, de maneira relacional e articulada, debruçarmo-nos sobre as fontes disponíveis nas revistas digitais: Currículo Sem Fronteiras, e-Curriculum e Revista Brasileira de Educação. As pesquisas seguiram nos anais dos encontros nacionais e regionais acessíveis no site da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (BDTD-UFPE) e nas páginas eletrônicas do repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, o recorte temporal utilizado foi referente aos trabalhos publicados nos últimos cinco anos (2016 – 2020).

As fontes selecionadas foram escolhidas por apresentarem um grande número de acessos por parte da comunidade educacional e demais público interessado e por estabelecerem ampla relação com a EDH, a formação de professores e o currículo, referenciado, inclusive, no próprio título de algumas das revistas digitais.

Esclarecemos que ao considerarmos um período determinado e a seleção de eixos de pesquisa, não intencionamos esgotar a gama de possíveis trabalhos que estabeleçam aproximações com a temática, o que desejamos é dialogar com as publicações a fim de ampliar nossos olhares e direcionamentos. Além disso, não temos qualquer pretensão em estabelecer indicações definitivas, mas sim unirmo-nos aos estudos

precedentes a este em um cenário contemporâneo de antagonismos e lutas contra hegemônicas nacionais e globais.

Nesta direção, cabe salientarmos a noção de compatibilidade entre a TD e o humanismo. O que a concepção referenciada rejeita é a ideia de valores humanísticos essenciais ou a aspiração de se chegar a fundamentos únicos e finais diante de questões do ser ou situacionais das sociedades. Tais valores são passíveis de construções e expansões de significados em meio a pluralidade de práticas discursivas e argumentativas particulares e historicamente contextualizadas.

Não podemos negar as ameaças perpetuadas e sobrepostas ao que tem valor humano presentes em proposições racistas, sexistas, classistas, entre outras que, forjadas e concebidas ao longo da história, recorrentemente aparecem na tentativa de fragmentar ou limitar a valoração humanística. “Negar ao “humano” o status de uma essência é chamar atenção para as condições históricas que levaram a seu surgimento e tornar possível, portanto, um grau mais amplo de realismo na luta pela plena realização desses valores” (LOPES, MENDONÇA, 2015, p. 66).

No tocante à EDH, conforme Silveira a mesma pode ser considerada como uma nova regulação social constituída de maneira:

[...] Bastante distinta de experiências históricas passadas e ainda vigentes, cujos eixos de regulação são o poder (Estado) e o lucro (mercado). Estes dois eixos reguladores têm dado sobejas provas de que não promovem o ser humanos como sujeito de dignidade; ou melhor só conferem esta condição a uma minoria de seres humanos. Apesar dos belos discursos em contrário, dos agentes da regulação estatal e da regulação do mercado, os seus próprios condicionantes constitutivos (as suas origens e formação) impedem a sua expansão para uma socialização cultural emancipacionista: o poder e o mercado excluem a maioria porque são vinculados a grupos sociais cuja a afirmação histórica se fez exatamente com base nessa exclusão. (SILVEIRA, 2014, p.85)

Neste sentido, concebemos uma proposta de EDH situada na relação entre universal e particular. Que não está fundamentada em marcadores financeiros ou de força do sistema político social. Mas sim, em ações de democracia popular. Esta, organizada por um sistema de diferenças, no qual a universalização de algo particular que se tornou hegemônico, em situações de relações de poder e demandas, é sempre algo contingente, precário e instável.

Compreendemos, ainda, a necessidade de contextualizar o tempo de realização da pesquisa como um reforço às proposições de reflexão sobre o currículo, a formação docente e a EDH. Visto que, a humanidade vivencia atualmente a pandemia causada pelo vírus da COVID-19. É uma situação global inusitada, pelo menos no último século, visto que todos os humanos estão vulneráveis a doença, porém nem todos a enfrentam igualmente.

Alguns estão com fome e sem condições de proteção, outros com acesso a médicos garantido e com suas necessidades de subsistência atendidas. Tal abismo enfatizou a condução de pensarmos na EDH em uma lógica não padronizada e que tenha a intenção de valorizar diferenças individuais ao passo que luta pela redução das injustiças sociais.

Morgado, Sousa, Pacheco (2020) nos conduzem a refletir sobre os desafios impostos pela crise pandêmica no âmbito da educação e da emergência nas alterações exigidas nas suas práticas. Apesar de, alertar-nos sobre estarmos vivendo estes tempos de modo a não ser possível termos uma percepção distanciada e plena da complexidade instaurada na anormalidade, os autores não deixam de contribuir com análises relativas à necessidade crescente de percebermos a ciência como um bem público, que não pode estar a serviço do mercado, mas da humanidade.

Assim, podemos destacar nas publicações analisadas a necessidade das licenciaturas e suas práticas curriculares corresponderem a uma proposta de formação integral, humanizada e humanizadora, que corrobore com um projeto de sociedade menos desigual, com garantia de direitos e valorização das subjetividades.

ARTICULAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS PROPOSTAS CURRICULARES CONTEXTUALIZADAS, COLETIVIZADAS E DIALÓGICAS

Ao considerarmos o currículo na formação docente não vislumbramos apenas um conjunto de orientações ou prescrições do que e como ensinar. O espaço curricular revela-se no que é vivenciado, para além do que é posto. Insere-se em disputas de poder e buscas por hegemonias, por vezes, veladas e pautadas em instituições educacionais que mesmo não sendo consideradas como um espaço exclusivo de reprodução de conhecimentos pré-concebidos, como é o caso da Universidade Pública, sendo ela mesma produtora de saber e conhecimentos científicos, ainda

se faz presente em um contexto crescente de perspectivas excludentes e permeadas de lógicas mercadológicas.

Conforme Lopes e Macedo (2011), no que concerne as teorias curriculares contemporâneas, podemos nos afastar de realismos estabelecidos por relações fixas. Nesta direção, o currículo é pensando por meio de concepções estabelecidas a partir de um caráter discursivo da realidade, que envolve relações entre o discurso, o conhecimento como parte do discurso e o poder. Sendo o currículo, ele mesmo, uma prática discursiva. Neste sentido, as autoras nos ajudam a refletir que:

O currículo é uma produção cultural por estar inserido nesta luta pelos diferentes significados que conferimos ao mundo. O currículo não é o produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo, não é uma parte legitimada da cultura que é transposta para escola, mas é a própria luta pela produção do significado. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 93)

Assim, o currículo no Ensino Superior dos cursos de formação inicial de professores destinados à Educação Básica revela-se permeado em um ambiente de disputas de interesses em nível macro e micropolítico. Contudo, parece-nos ser consenso entre os diferentes grupos e atores sociais a necessidade de se pensar em uma educação para construção da autonomia, que contribua com a redução das desigualdades sociais, que reflita acerca da necessidade de inclusão e de respeito à diversidade. A fim de contemplar, no cenário atual, discussões referentes ao direito a educação como elemento primordial a justiça social, incluindo, para isto, entre outros pilares, princípios da EDH nos eixos centrais dos processos curriculares.

Contudo, ao observamos Tedeschi; Pavan (2017) podemos refletir que as concepções de autonomia nos currículos podem ter diferentes construções na educação contemporânea. Por isso, os autores problematizam a ideia de unidade e fechamento nas concepções de sujeito ou conhecimento comuns a teorias cartesianas situadas em contextos históricos específicos. Expõem uma ideia desconstrutiva ao pensar perspectivas curriculares que consideram subjetividades, reforçando a validade das contribuições pós-estruturalistas para a educação.

Neste sentido, em consonância com os autores citados no parágrafo anterior, “acreditamos que pensar a partir da multiplicidade e da diferença potencializa um conjunto de forças capazes de desfazer um currículo que totaliza e unifica para abrir outras possibilidades de criação.” (Ibidem, p.

695) Estas precisam estar próximas a uma proposta de formação integral, que considere os diversos sujeitos do processo e as possibilidades de reverberação em um projeto de sociedade mais justa.

Atentamos, ainda, para o fato de que as regulamentações políticas na educação apontam para avanços em âmbito conceitual relativos à garantia de direitos, porém, de modo geral, pouco se ocupam com os meios efetivos de concretização das propostas. Consideramos que estes textos são destinados à ampla divulgação e para tal precisam suscitar interesse e aceitação de diferentes sujeitos. Entendemos, que apesar de os textos legais apresentarem certa capacidade normativa, não podem ser transpostos ao contexto da prática inalterados, pois compõe movimentos circulares que reconfiguram o texto e a prática. É fundamental considerar os contextos influenciadores das políticas, nos quais percebemos grupos de interesses diversos que buscam por hegemonia. (ALMEIDA; GONÇALVES; MAGALHÃES, 2019).

Em diálogo com as publicações dos autores Feldmann; Masetto; Freitas (2016, 2017), compreendemos que a articulação entre a formação de professores e o currículo deve ser observada por um prisma relacional, levando em conta o contexto histórico e social dos sujeitos envolvidos no processo.

Assim, para eles, o currículo é situado como inconcluso ao referir-se a sua natureza complexa, permeada por tensões e contradições. Acontece no entrecruzamento de práticas docentes e pedagógicas. Traz em seus significados demarcações do sistema educativo, como nível de ensino e modalidade, contradições, tradições e aspectos da educação institucionalizada. Constituindo-se como coletivo, multifacetado e multidimensional.

Ao analisar a dimensão coletiva do currículo, os autores chamam a atenção para a proposição de enfraquecimento das fronteiras de poder que permeiam as decisões curriculares da escola à universidade. Podemos verificar, na formação de professores no Ensino Superior, questões fronteiriças e relações assimétricas entre grupos, departamentos ou diferentes indivíduos que protagonizam, vivenciam e participam dos processos curriculares.

Destacamos que no contexto da prática desenvolvida nos cursos de licenciatura nos dedicamos, no presente artigo: a prática curricular. Ao tomarmos o currículo como movimento, institucionalmente situado, que engloba o confronto teórico e ideológico de grupos que se envolvem, interna e externamente, com o meio da Educação, imbricado em

um projeto de sociedade, de universidade e de escola. Sobre o currículo, podemos trazer o seguinte entendimento:

... apresenta-se como um processo de fala-escuta; como uma atividade de estudo e de pesquisa; como um processo avaliativo nas suas diferentes modalidades e funções. Enfim, ele se mostra como um processo de discussão, de tomada de decisão, como definição política e como prática curricular. (SANTIAGO, 1998, p.40)

Conforme Santiago (1998) a prática curricular está relacionada à ação que é desenvolvida em todo o tempo escolar. Não se trata de prescrições concebidas por um grupo específico, mas sim de um espaço de construções político-pedagógicas e de democratização, no qual está presente o diálogo. Este, impõe atitudes de ver – ouvir, indagar – discutir, mobilizadas pelo coletivo de sujeitos que constituem a realidade escolar.

Neste sentido, a prática curricular é, em sua natureza, prática de participação e exige dos pesquisadores, dos que pensam as políticas, dos que atuam nas instituições de ensino, dos docentes e dos discentes comprometimento e engajamento tanto a nível intelectual quanto social e político.

Em nossa pesquisa, consideramos a multiplicidade de sujeitos que compõe o movimento curricular e os direcionamentos diversos que cada um desses autores pode conferir as decisões e vivências das práticas. Portanto, acreditamos que um dos desafios que perpassam os processos curriculares dos cursos de formação de professores, em nível universitário, pode estar estabelecido na centralização das propostas. “Assim, a organização do currículo, como processo de gestão, requer a participação dos envolvidos: professores, estudantes, gestores, técnicos administrativos e pessoal de apoio. Desse modo, a construção curricular deverá ser processo coletivo...” (SILVA; NAJJAR; LIMA, 2020, p. 49)

Nesta perspectiva, é interessante a valorização de instâncias de coletivização das propostas, tais como: fórum de licenciaturas, formações inter centros, diálogo com assessorias técnico pedagógicas disponíveis e abertura para escuta sistematizada de demandas discentes, entre outras.

Ressaltamos que tais processos não desconsideram as legislações e as regulamentações. Porém, trabalham para estabelecer ligação com as realidades contextuais locais e globais dos sujeitos e aspectos que devem fazer parte da formação humana. Unidos nos caminhos para construção

de uma educação superior pública, laica, democrática e socialmente transformadora. (Ibidem, 2020)

A TEORIA DO DISCURSO ENQUANTO DISPOSITIVO TEÓRICO METODOLÓGICO NO DIÁLOGO COM AS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS

Ao contemplarmos as dinâmicas regulatórias da política curricular atualmente instituídas para orientar a formação de professores observamos situações de esvaziamentos e retrocessos no que diz respeito a presença de temáticas como Diversidade de Gênero, Educação para as Relações Étnico Raciais e a EDH. Estas situações, evidenciadas na política, não estão dissociadas dos cenários sociais, econômicos e culturais no nosso país, além de representarem um momento histórico contingente e instável.

Santos, Destro (2019) ao promover investigações, a partir da perspectiva encontrada na TD, trazem percepções de como a lógica instrumental da organização social do trabalho e do desenvolvimento econômico procuram articular-se com a Educação. Tal ação, mostra-se contraditória, ao passo que esta projeção busca responder a um projeto educacional hegemônico, provisório e passível de mudança. E que considera conceitos como cidadania e formação cidadã dissociados de questões como viver juntos e a problematização de contextos.

Ressaltamos que a TD se constitui como um esforço teórico que não considera a possibilidade de totalidades fechadas, mas sim a existência de contextos históricos contingenciais, nos quais são percebidos arranjos hegemônicos, revestidos por relações de poder. Estas configuram-se em um momento político, no sentido relacional de tomadas de decisões e preenchimentos que acontecem diante de uma infinidade de outras possibilidades. (LACLAU; MOUFFE, 2015)

Tais noções são relevantes ao desconsiderarmos o currículo como uma estrutura cristalizada, compreendendo-o como movimento e representação de demandas que tendem a apresentar antagonismos em busca de hegemonizações. Por sua vez, a EDH é a especificidade do currículo abordada na pesquisa por se relacionar com cadeias de articulação discursivas que podem vir a ser significadas como favoráveis a um projeto de sociedade plural, que valoriza e perpetua a justiça social e bem-estar do seu povo.

Apontamos que sempre há o desafio de uma força contra hegemônica atuando nos contextos sociais, por isso não procuraremos uma causa final ou única. Por exemplo, ao apontarmos o apagamento dos pressupostos ligados a incorporação da EDH no currículo das licenciaturas podemos ter subjacente a isso diversas cadeias articulatórias de sentido. Algumas ocultas, mas com reivindicações institucionalizadas, outras mais explícitas, como demandas neoliberais e conservadoras, que se beneficiam com esta ausência. Contudo, não deixamos de observar solicitações por direitos e justiça social, solicitações essas realizadas por vários grupos como educadores, movimentos sociais, políticos e populares.

O preenchimento parcial do vazio constitutivo por ordens específicas envolve, portanto, a mobilização de grupos em cadeias articulatórias, os quais, nem sempre podem ser identificados, mas não deixam de apresentar demandas que possuem sentido ambíguo e uma constituição coletiva e relacional. Sua formação acontece a partir de interesses e vontades, afetos, linguagens e práticas políticas. (LOPES, 2019)

Neste sentido, Oliveira (2018) contribui com a pesquisa ao expor que as perspectivas dos estudos curriculares devem levar em conta categorias como discurso, demanda, hegemonia e sujeito. Sendo o currículo compreendido como prática discursiva, que abarca diversas relações e articulações. Para a autora, articulações e relações presentes nos currículos permitem fechamentos provisórios, sujeitos a disputas que envolvem poder e significação. As normas regulatórias aprovadas nas políticas curriculares não determinam suas configurações práticas, por estarem vinculadas a uma pluralidade de identidades e situações.

Ressaltamos que as normativas legais não esgotam todos os contextos de prática do currículo nos ambientes educacionais aos quais destinam-se. As construções e a prática curricular são mobilizadas pelos sujeitos que recebem as orientações e precisam transformá-las nas diversas situações desenvolvidas nos processos de formação, sejam estes indivíduos docentes, discentes, gestores, técnicos em educação entre outros. Ao refletir sobre este aspecto dinâmico e inacabado do currículo, percebemos a possibilidade de questionarmos o universalismo acadêmico e contribuirmos com teorias de correntes contra hegemônicas.

Dentre as publicações advindas das reuniões regionais da ANPEd, Barros; Sousa (2016), do GT 08 – Formação de Professores, localiza a universidade como espaço privilegiado para produção e disseminação do conhecimento. No contexto apresentado, parte das discussões do Fórum das Licenciaturas do Tocantins preocupou-se em refletir sobre o papel

da universidade na formação de professores na contemporaneidade. Questões como o distanciamento entre teoria e prática, ambientes inibidores da valorização da diversidade, descontextualização da universidade frente ao ambiente escolar, foram alguns apontamentos apresentados. Estas problemáticas não são novas, seguem direcionando os olhares para a necessidade de uma formação reflexiva pautada em um movimento constante e inesgotável de construção e reconstrução de conhecimentos.

No diálogo estabelecido, é destaque a necessidade de coletivização do debate sobre as ações de curricularização e ações pedagógicas no âmbito da formação universitária de professores. Não é desejável proposições vinculadas, exclusivamente, a lógicas de massificação e mercado, revelando, em seus contextos formativos visões linearizadas, segmentadas e reducionistas. Por outro lado, é a complexidade, a imprevisibilidade e a urgência em preocupar-se com uma educação para vida que observamos como foco.

Nas análises referentes às publicações pesquisadas podemos perceber a partir da TD a presença dos antagonismos. Pois, uma totalidade discursiva nunca é autocontida. Portanto, levamos em consideração a constante possibilidade de abertura à ação de estruturas discursivas externas ao que está sendo proposto. A perspectiva antagônica, ao mesmo tempo que nega um discurso ou sua existência o constitui.

Os autores em destaque no trecho abaixo contribuem com o esclarecimento dos antagonismos, esclarecendo que:

O antagonismo, tomado em seu sentido mais estrito, resulta na própria impossibilidade da constituição objetiva e necessária de uma totalidade discursiva, em razão da presença de um discurso antagônico que impede essa constituição plena. Enfatizamos, portanto, que o ponto fundamental para o entendimento da relação antagônica é que esta ocorre entre um “exterior constitutivo” que ameaça a existência de um interior. Em outras palavras: um discurso tem bloqueado sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico. (MENDONÇA; RODIGUES, p. 52, 2014)

Em Fischman, Estellés (2019), por exemplo, ao refletirmos sobre a formação docente, mas em uma projeção ampliada, na qual há uma multiplicidade de propostas de Educação para a Cidadania Global (ECG), as quais integrariam concepções de EDH, educação para o desenvolvimento, educação ambiental, educação para a paz entre outras, podemos

inicialmente, compreender a proposta como plausível e acolhedora. Entretanto, o predomínio de orientações pedagógicas que intencionam o direito do “cidadão consumidor”, ancorado em uma política neoliberal, estão muito presentes nos estudos trazidos pelos autores, que situam a incorporação da ECG nos currículos nacionais como uma solução redentora para problemas globais.

Porém, no mesmo contexto, os antagonismos estão postos por existirem aspectos que não se refletem em contextos únicos, e que podem ser vistos como positivos da ECG em proposições não romantizadas ou de viés redentor. Concepções que tragam para o centro da discussão o questionamento em relação as forças que se movem diante das desigualdades sociais e econômicas. As dinâmicas históricas de opressão racial, sexual, ambiental e outras que subjagam muitos em favor de poucos.

Referente a linha teórico metodológica assumida cabe esclarecer que o sentido do discurso, como categoria teórica, proposto por Laclau, conforme Burity (p. 66, 2014) “procura dar conta das regras de produção de sentido pelas quais um determinado fenômeno encontra seu lugar no mundo social e num conjunto de discursos articulados entre si num determinado fenômeno específico.”

O exposto indica que os estudos que seguem a TD distanciam-se de referências da ciência positivista para partir da realidade contextual do problema. A teoria não corresponde a um conjunto de leis universais aplicáveis, mas a um referencial analítico contingencial. No nosso caso, destacamos que se trata de uma pesquisa que utiliza a perspectiva da articulação, pautada em disputas processuais por hegemonia, protagonizadas discursivamente nas publicações analisadas.

Pontuamos que “hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, em um determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos.” (MENDONÇA, p. 53, 2014).

Em relação a contextos atualmente hegemonizados, observamos de acordo com Silva (2020), um olhar necessário para desconstrução de imposições de políticas educacionais curriculares que atendem muito mais a uma lógica neoconservadora, que busca perpetuar-se ocupando uma significação parcial. Para atentar aos anseios de uma formação docente mais articulada com a integralidade humana. Ao seguir, fomentando a TD, a autora apresenta a impossibilidade de fechamentos absolutos, em meio a precariedade dos discursos parcialmente hegemônicos vigentes.

Silva (2020), apresenta uma contextualização relativa ao momento político atual. Nesse, nossos governantes filiam-se a proposições ultraliberais e neoconservadoras. Situação que reverbera em decisões de cunho normativo curricular como a BNCC e a BNC – formação¹, documentos que buscam obstaculizar temas como a diversidade de gênero e a educação antirracista, causando impactos na formação docente do país, inclusive na incorporação da EDH nos currículos das licenciaturas

Contudo, pontuamos que nenhuma normativa curricular é incorporada à formação sem ser construída e reconstruída pelos que ensinam e pelos que aprendem, em um movimento de trocas, traduções e ressignificações. Tais traduções são configuradas como atos discursivos, os quais ampliam os horizontes de influências. Assim, compreendemos que o currículo tende a estruturar-se em componentes curriculares frutos de disputas e tensões por produções discursivas que estejam hegemonizadas provisoriamente. Estes componentes, não correspondem a totalidade da composição da formação docente, mas especificidades curriculares dos eixos formativos-pedagógicos traduzem sentidos que merecem atenção. (SILVA, 2020)

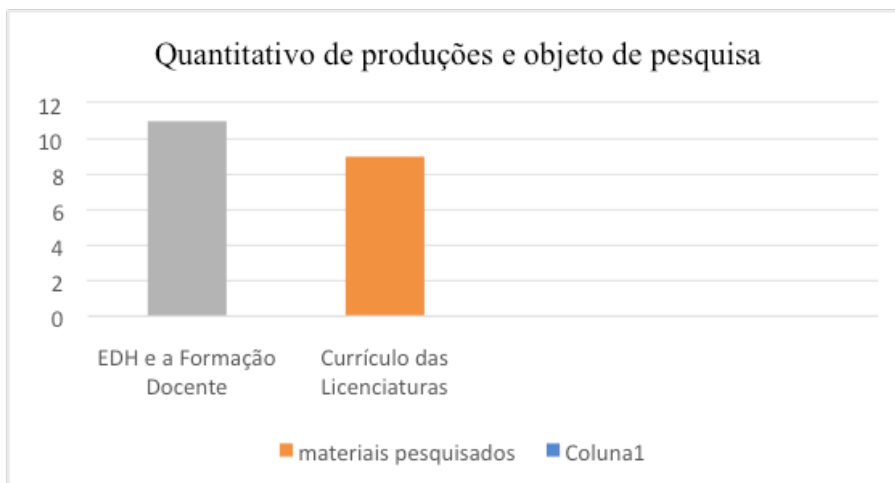
Indecibilidade, não linearidade e a impossibilidade de fechamentos finais são alguns sentidos articulados que vieram à tona com a articulação de nossa pesquisa com a TD. Estes princípios não foram impeditivos para análises, visto que produções de sentido são construídas e desconstruídas nos mais diferentes contextos educacionais e, muitas vezes, podem ser caracterizadas em fechamentos provisórios. Tais fechamentos, em um momento de retrocessos políticos, nos instigam a aproximarmos-nos de relações que se liguem a projetos de educação para superação de pré-conceitos e omissões.

SENTIDOS DISCURSIVOS E SISTEMATIZAÇÕES ACERCA DAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS PESQUISADAS

As pesquisas nas bases de dados apresentadas trazem sentidos discursivos que consideram o currículo interligado à formação docente e a

1 A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

EDH, nos contextos das licenciaturas. Assim, podemos sistematizar, onze publicações com estreitas ligações com a formação docente e a EDH e nove relativas ao currículo das licenciaturas, mas que se mostram articuladas entre si. Para melhor visualização da informação segue o gráfico:



Produção da autora

Nas publicações, em geral, sete contribuem, significativamente, com os pressupostos da TD suas possibilidades de categorização e análises nas pesquisas em Educação, em especial, no campo do currículo. As que imbricam a EDH e a formação docente não se eximem de apresentar sentidos que refletem a necessidade de práticas curriculares coletivizadas, democráticas, que considerem as diferenças e a multiculturalidade e que apontam as licenciaturas como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações democráticas.

Neste sentido, Zenaide (2018), coloca que o movimento global pela EDH chega ao Brasil tardiamente e assim reflete-se a passos lentos nas políticas e práticas educacionais e curriculares. Podemos considerar que somente nos anos oitenta, após a redemocratização do país, o governo federal começa tomar para si a responsabilidade sobre as propostas de EDH. Porém, é no início dos anos dois mil que observamos a elaboração do Programa Nacional de Educação Direitos Humanos (PNEDH).

A autora ressalta que alguns aspectos são construtivos nos mais de quinze anos de PNEDH. Sejam estes a constituição de uma rede de ações e planos; a participação social, com fóruns e conferências; a presença da EDH no Ensino Superior, como um local promissor de ações democráticas,

um dos princípios da EDH, tendo como foco a interdisciplinaridade e a extensão universitária; a integração das normativas nacionais para EDH nas políticas educacionais e a EDH na promoção da Educação Básica.

Referente aos diálogos relativos ao currículo nas licenciaturas percebemos a abrangência de proposições que privilegiam à desconstrução de concepções curriculares homogêneas, fixas e centralizadoras. Os sentidos encontrados nas produções pesquisadas trazem como legítimo o plural protagonismo dos sujeitos envolvidos nas proposições da prática curricular, bem como as relações de articulações antagônicas e hegemônicas, provisória e contingencialmente, presentes nos processos de desenvolvimento do currículo e de suas decisões.

No artigo das autoras Guedes, Frangella (2017) reforçamos a perspectiva de currículo assumida na pesquisa. As autoras consideram o currículo como movimento e significação. Não há transparências em suas construções de sentido, pois os processos de articulações e negociações são constantes, contingentes e produtores de enunciações culturais. O currículo, vivenciado nas licenciaturas, constitui-se, portanto, produções político discursivas, que se mantem abertas as lutas por significação. Nas negociações em busca de hegemonias podem acontecer sobreposição de sentidos, contudo, estas são provisórias e contingenciais. As autoras apresentam restrições relativas a normativa que tenta propor um currículo comum e apontam a impossibilidade na condução de um fundamento essencialista.

Assim, compreendemos que a dimensão social do currículo na formação docente pode ser revigorada ao considerarmos a permanência da previsão, nas legislações em vigor, da tríade universitária que foca no ensino, na pesquisa e na extensão. Afim de que, em especial, a Universidade Pública assuma uma proposta formativa coletivizada com os sujeitos que configuram o ambiente do Ensino Superior. E que considere que os processos de formação docente devem ser concebidos “sempre e conjuntamente com o professor e não para o professor, uma vez que esse profissional é o autor legítimo de sua prática e, como tal, autorizado a pesquisá-la.” (Ibidem, p.1157)

Na tabela abaixo, trazemos as fontes pesquisadas, os eixos que nortearam a pesquisas e o quantitativo de produções em cada eixo, por fonte selecionada. Esclarecemos que do quantitativo total exposto por linha na última coluna, destacamos, na terceira coluna, o número de produções mais diretamente ligadas aos sentidos presentes na TD, arcabouço teórico e metodológico da nossa pesquisa. Assim, os eixos se interligam com

as perspectivas de não linearidade e contingencialidade que se fazem presente na teoria assumida:

Fontes	Currículo de Licenciaturas	Formação Docente e EDH	Teoria do Discurso (TD) (permeando os eixos)	Quantitativo de Publicações
Currículo Sem Fronteira	2	1	1	3
e-Curriculum	3	1	2	4
Revista Brasileira de Educação	1	1	1	2
ANPED (GT 08, EIXO 06, GT 21)	1	3	0	4
BDTD-UFPE (Tese, Dissertação)	1	1	2	2
Repositório da CAPES	1	4	1	5
TOTAL	9	11	7	20

Produção da autora

A pesquisa nas publicações selecionadas trouxe, além dos sentidos já apresentados, o apontamento da necessidade de um olhar direcionado à perspectiva de construções de práticas curriculares que se proponham a agregar pressupostos como a democracia e a lógica das diferenças, presentes na temática da EDH nos cursos de formação inicial docente. Dispondo a posicionar-se em um campo fronteiriço, que se constitui a partir dos oprimidos e dos despossuídos, pensando em um currículo que agregue a multidimensionalidade e as subjetividades fundantes em proposições contra hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, a partir da pesquisa apresentada, que os crescentes investimento de pautas neoliberais e neoconservadoras no campo educacional e do currículo reverberam possibilidades de invisibilização, silenciamento e mesmo do apagamento de conquistas históricas voltadas a um projeto de sociedade que esteja pautado na valorização da vida e do bem comum.

Estes contextos nacionais e globais, estão presentes nos cursos de formação inicial de professores e em seus sentidos curriculares e

discursivos, porém não se constituem como um determinante frente aos contextos de aberturas, situados em um terreno de instabilidades e impossibilidades de fechamentos. A precariedade dos contextos pode ser compreendida ao refletirmos sobre os esvaziamentos de sentidos fixos, o que vemos é a conversão na união de demandas antes isoladas que ganham hegemonia e novas identidades, pois configuram-se em união articulada de grupos antes dispersos e distintos.

Neste sentido, a partir das contribuições que partem das articulações entre as publicações pesquisadas e a TD podemos considerar que é possível acreditamos em uma educação que venha a contrapor-se à racionalidade neoliberal. Volte-se à projetos comprometidos com valores democráticos de convivência humana, nos quais estejam presentes os pressupostos de uma EDH concebida frente à valorização da lógica das diferenças, contrapondo-se a proposições que ameaçam a vida humana e planetária.

Portanto, ressaltamos a pertinência da temática pesquisada, especialmente, no cenário sócio político atual, no qual a Educação e mesmo a produção de ciência vem sendo alvo de duros ataques, como as *fake News* e os cortes de verbas públicas. Nos comprometemos, como pesquisadoras, com a proposta de divulgação de materiais que possam agregar reflexões voltadas à educação como bem público alinhada a um projeto de sociedade que busca a diminuição das desigualdades e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; MAGALHÃES, Priscila Maria Vieira dos Santos; GONÇALVES Crislainy de Lira. Direito à Educação como Princípio de Justiça Social: um Olhar para as Políticas Avaliativas e suas Reverberações no Cenário Curricular. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 1075-1100 jul./set. 2019.

BARROS, Tatiane da Costa; SOUSA, Juliane Gomes de. A universidade e a formação de professores na contemporaneidade: construindo um debate. 1ª Reunião Científica ANPEd Norte. **Anais ANPED**, 2016, Belém, PA.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MEDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Org.). **Pós- estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 59-74.

FELDMANN, Marina Graziela; MASETTO, Marcos Tarciso; FREITAS, Silvana Alves. Formação inicial de educadores: currículo, trabalho pedagógico e inovação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.03, p. 1130 - 1150 jul./set.2016.

FISCHMAN, Gustavo E; ESTELLÉS, Marta. Os paradoxos da educação para cidadania global na formação docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1202-1224, set./dez. 2019.

GUEDES, Neide Cavalcante; FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Políticas Educacionais para a educação superior e os dilemas das licenciaturas: questões curriculares. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1147-1162, jul./set. 2017

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel (org.). **A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas**. 1º Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2015

LACLAU, Ernesto; CHANTAL, Mouffe. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. 1º Edição. São Paulo: Editora Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. 1º Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

LOPES, A. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural”. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 109, 2019.

MASETTO, Marcos Tarciso; FELDMANN, Marina Graziela; FREITAS, Silvana Alves. Currículo, culturas e contextos integrados à formação de educadores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.3, p. 735 – 763 jul./jun.2017.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (org.). **Pós-estruturalismo e a Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2º Edição. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, 2014.

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social

ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016197, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

OLIVEIRA, Marcia Betânia de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230081, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Glória Regina Pessôa Campello. O cotidiano, o contextualizado e a Educação em Direitos Humanos: a escolha de um caminho para uma Educação cidadã cosmopolita. **Revista Ibero-americana de Educação**, vol. 71, núm. 1, pp. 75-96, 2016.

SANTIAGO, Eliete. **Paulo Freire e as questões curriculares: uma contribuição a reflexão**. Revista de Educação – AEC – Paulo Freire, ano 27, n. 106, jan-mar, 1998

SANTOS, Geniana dos; DESTRO, Denise de Souza. Qual é o lugar da formação humana nas políticas curriculares contemporâneas? **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 893-909, set./dez. 2019.

SILVA, Itamar Mendes da; NAJJAR Jorge Nassim Vieira; LIMA, Marcelo. Gestão curricular no ensino superior: contextos de desenvolvimento. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.18, n.1, p.40-62 jan./mar. 2020.

SILVA, Maria Angélica da. **Práticas de traduções curriculares docentes: rastros do currículo da formação de professores**. Tese - Programa de PósGraduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 258, 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy Silveira. **Educação em Direitos Humanos e Currículo**. In: FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e (org.). **Educação em direitos humanos e educação para os direitos humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 77-92.

TEDESCHI, Sirley Lizott; PAVAN, Ruth. Currículo e epistemologia: a des-criação da identidade/universalidade e a criação da diferença/multiplicidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 678-698, set./dez. 2017.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em Direitos Humanos e democracia: história, trajetórias e desafios nos quinze anos do PNEDH. **Revisa Educação & Formação**, Fortaleza, v.3, n.7, p. 137 a 161, jan./abr. 2018.